



1
2
3
4
5
6
7

CONSELHO MUNICIPAL DA TERCEIRA IDADE.
“COMUTI”
FRANCA-SP

8 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA**
9 **TERCEIRA IDADE – COMUTI, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2016.** Aos vinte e
10 seis dias de fevereiro de dois mil e dezesseis, no auditório da Secretaria de
11 Ação Social, situada a Av. Champagnat nº 1750 – Centro – Franca – SP,
12 reuniram-se os membros do Conselho Municipal da Terceira Idade -
13 COMUTI, para a reunião extraordinária. A presidente em exercício, Lígia
14 Andrian Leal, iniciou a reunião. Apresentou a pauta sobre a deliberação da
15 inscrição de cadastro do Hospital Allan Kardec no COMUTI. Lígia relatou a
16 visita realizada pela Comissão à instituição, ela considerou que na última
17 reunião extraordinária (05/02/2016) foi lido o relatório elaborado pela
18 Comissão que realizou a visita à instituição. Bruna considerou que a
19 Comissão se pautou no Regimento do COMUTI que considera a inscrição
20 baseada na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, os
21 membros refletiram sobre o papel do COMUTI como conselho de Defesa
22 da Pessoa Idosa e não apenas da Política de Assistência Social, será que
23 esse conselho pode fazer tal recorte de inscrever apenas entidades que
24 executam serviços tipificados de assistência social e não as de outras
25 políticas que atendem pessoas idosas, ela também considerou que com
26 base no Regimento do COMUTI o Hospital Allan Kardec presta serviços de
27 saúde, por isso não se enquadra nesse conceito de prestador de Serviços
28 Socioassistenciais. Mariângela considerou que para que o colegiado
29 pudesse votar com mais segurança, ela achou oportuno convidar
30 representantes das políticas de saúde e de assistência social a fim de
31 contribuir com informações, e assim favorecer a decisão dos conselheiros
32 diante da presente questão. Rose Vilela (Enfermeira da Secretaria de
33 Saúde – Coordenação da Urgência, Emergência e Especialidades)
34 considerou a história do Hospital Allan Kardec, pontuando que a reforma
35 psiquiátrica do Sistema Único de Saúde (SUS) veio há algum tempo atrás,
36 para mudar o modelo de assistência aos pacientes da saúde mental. E ao
37 longo dos anos a instituição foi se organizando para atender tal reforma.
38 Rose explicou que atualmente há no hospital uma ala identificada como
39 “pacientes agudos”, ou seja, são pessoas que passam pela fase aguda das
40 crises, se restabelecem e recebem alta para retornar para o convívio
41 familiar e comunitário. Segundo ela há a ala conhecida como “pacientes

42 crônicos”, atualmente com 68 pessoas, no início da reforma eram mais de
43 200, pois há 20/30 anos atrás era recorrente a família deixar o paciente
44 psiquiátrico internado e não voltar a procurá-lo, talvez por não estar
45 preparada para oferecer os cuidados necessários que ele precisava,
46 explicou que com o passar dos anos, foi feito um trabalho pela equipe do
47 hospital, de busca dos familiares desses pacientes, alguns retornaram para
48 o convívio familiar, mas permaneceram essas 68 pessoas, atualmente com
49 mais de 60 anos, que não se tem notícias de familiares, pois naquela
50 época o paciente não tinha documentos nem ficha de cadastro, com a
51 reforma surgiram leis que permitiram que elas tivessem acesso aos seus
52 documentos, e assim passaram a ser reconhecidos como cidadãos,
53 algumas não tem condições de ir para uma “casa regular”, pois requerem
54 cuidados terapêuticos contínuos, há pacientes com graus de dependência
55 variáveis e até dependência total. Por isso há na instituição essas duas
56 vertentes de atendimento, ambas recebe do Sistema Único de Saúde (SUS)
57 a diária para oferecer todo tratamento aos pacientes, destacou que há um
58 projeto terapêutico para cada paciente. Considerou que com o advento da
59 Política Nacional de Saúde Mental, a família não deixa o paciente na
60 instituição e vai embora sem compromisso de acompanhá-lo após a alta
61 médica. Segundo ela o hospital tem embates judiciais com familiares que
62 querem internar o paciente e retornar somente em visitas esporádicas. Há
63 uma luta para consolidar essa Política principalmente com o advento do
64 uso de drogas, uma vez que com essa prática o paciente desenvolve
65 doenças psiquiátricas. O hospital Allan Kardec foi chamado a mudar esse
66 modelo de atendimento dos “pacientes crônicos”, e está em processo, a
67 instituição tem um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) juntamente com
68 Ministério Público Federal, não foi renovado convênio com SUS, sendo
69 assim o poder público instituiu a “desinstitucionalização” desses 68
70 pacientes até o final de 2016. O município de Franca junto com Estado e
71 União tem 10 meses para organizar a rede e transferi-los para modalidade
72 de atendimento de residência terapêutica, a Política preconiza que para
73 não ocorrer segregação os pacientes devem ser atendidos de maneira
74 descentralizada (não podem ser no mesmo espaço), organizadas em
75 grupos de até 10 pessoas, considerando critérios como: afinidade e
76 patologias, essas devem estar localizadas na comunidade e são
77 identificadas como Grau 1 – moradores com pouca dependência e Grau
78 2 – moradores com grau de dependência maior e/ou total. Rose pontuou
79 que atualmente há uma Comissão que está fazendo um levantamento de
80 todos os pacientes e com o psiquiatra, a fim de organizar os grupos que
81 poderão conviver juntos, eles irão para uma casa com equipe capacitada

82 para atender pacientes com doença mental (administrador, cuidador e
83 enfermagem). Lígia perguntou como a instituição está aceitando essas
84 mudanças. Rose pontuou que a Secretaria Municipal de Saúde propôs à
85 instituição a coordenação dessas residências, mas a instituição não tem
86 interesse em coordenar esse serviço, possivelmente haverá um
87 chamamento público para entidades que tenham interesse em executar
88 tal serviço, esse é gerido pela Secretaria de Municipal de Saúde e
89 matriciado ao CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e ao Ambulatório de
90 Saúde Mental. Lígia considerou que o Hospital está solicitando a inscrição
91 de cadastro no COMUTI para pleitear verba do Fundo Municipal da Pessoa
92 Idosa para atender esse público, que será encaminhado para o serviço de
93 residência terapêutica. Bruna ponderou que mesmo que a instituição
94 passe a executar o serviço de residência terapêutica, ela se enquadraria na
95 política de saúde. Marco Antônio considera que o hospital atua
96 especificamente na política de saúde e que o atual Regimento do COMUTI
97 não dá abertura para inscrição dessa instituição. Sônia indaga se essa
98 mudança é “terapeuticamente” oportuna para os pacientes. Rose expõe
99 que para o paciente psiquiátrico quanto menos invasivo o ambiente,
100 menos o paciente se altera, ela reconhece que essa mudança impactará os
101 pacientes, contudo diante do atual cenário, o processo deve avançar
102 sendo assim os pontos favoráveis nesse processo são: fazer a mudança
103 com tempo e priorizar o bem estar dos pacientes. Roberta pontuou o
104 processo de reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional para
105 Crianças e Adolescentes. Bruna pontuou que considera essa mudança
106 positiva, pois o atendimento nessa modalidade contribui para qualidade
107 dos vínculos e para que o paciente tenha suas demandas atendidas (por
108 exemplo, alimentação). O resultado da votação foi de sete votos
109 indeferindo e um voto deferindo. Sendo assim o pedido do Hospital Allan
110 Kardec de inscrição de cadastro no COMUTI foi indeferido. Lígia leu o
111 Ofício de resposta. Bruna fez uma consideração aos conselheiros de que o
112 critério de inscrição de cadastro no COMUTI seja discutido pelo colegiado
113 tendo em vista que o recurso do Fundo Municipal da Pessoa Idosa não
114 poderá ser acessado por entidades de outras políticas que atuam no
115 segmento da pessoa idosa. Mariângela sugeriu que esse assunto seja
116 discutido na Comissão de Legislação e que posteriormente se abra ao
117 colegiado. Lígia solicitou Maria de Lourdes fizesse a leitura da ata da
118 reunião extraordinária do dia 05/02/2016. A ata foi aprovada. Sem mais
119 para o momento a Sra. presidente em exercício Lígia Andrian Leal deu por
120 encerrada a reunião e eu Cláudia Cintra Carrijo Marques lavrei a
121 presente ata que vai assinada por

122 mim..... e pela Sra. presidente Lúgia
123 Andrian Leal. Franca, 26 de fevereiro de 2016.